

FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES SOBRE A OFERTA DE CURSOS ONLINE GRATUITOS E SUA APLICABILIDADE PEDAGÓGICA

Continuing Education and Environmental Education: Reflections on the Offer of Free Online Courses and Their Pedagogical Applicability

Gildênia Lima Monteiro

Universidade Federal de Goiás

Neurilene Sousa dos Santos

Universidade Federal do Piauí

Juliana Ramalho Barros

Universidade Federal de Goiás

RESUMO

As transformações socioambientais contemporâneas exigem a constante atualização dos docentes da Educação Básica, especialmente no campo da Educação Ambiental. Diante das limitações impostas pelas condições de trabalho, os cursos online de curta duração surgem como alternativa viável para a formação continuada. Este artigo tem como objetivo analisar a disponibilidade de plataformas gratuitas que ofertam cursos na área ambiental, considerando sua contribuição para a capacitação docente. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, além da análise de plataformas de ensino a distância. Identificaram-se diversas opções de cursos gratuitos com certificação a partir de 30 horas, ofertados por instituições públicas e privadas. Os resultados evidenciam que, embora haja uma oferta significativa de cursos, é necessário um olhar crítico sobre sua qualidade e aplicabilidade na prática pedagógica. Conclui-se que a formação continuada em Educação Ambiental, mediada por tecnologias digitais, representa uma oportunidade de atualização e aprimoramento profissional, desde que orientada para práticas educativas críticas e emancipadoras.

Palavras-chave: Formação Docente; Educação Ambiental; Cursos Online.

ABSTRACT

Contemporary socio-environmental transformations demand the constant updating of Basic Education teachers, especially in the field of Environmental Education. Given the limitations imposed by working conditions, short-term online courses emerge as a viable alternative for continuing education. This article aims to analyze the availability of free platforms that offer courses in the environmental field, considering their contribution to teacher training. The research adopted a qualitative approach, based on bibliographic and documentary research, in addition to the analysis of distance learning platforms. Several free courses offering certification for a minimum of 30 hours were identified, provided by public and private institutions. The results show that, although there is a significant offer of courses, a critical look at their quality and applicability in pedagogical practice is necessary. It is concluded that continuing education in Environmental Education, mediated by

digital technologies, represents an opportunity for professional updating and improvement, provided it is guided by critical and emancipatory educational practices.

Keywords: Teacher Training; Environmental Education; Online Courses.

INTRODUÇÃO

Em um mundo em contexto de transformações, pensar sobre a temática ambiental se faz necessário devido à urgência diante do agravamento da crise ambiental. Refletir sobre as possibilidades de levar essas discussões ambientais para o contexto escolar é uma estratégia para atingir um público expressivo de pessoas. Acredita-se que essa estratégia possa ser promovida se os professores compreenderem a urgência de acolher essa temática na escola, e para tanto, defende-se aqui a necessidade desses profissionais investirem em sua formação continuada na área ambiental, de modo que possam se atualizar constantemente por meio de cursos de capacitação de curta duração disponíveis na internet.

Contudo, investir na formação continuada não é uma tarefa tão simples diante das condições de trabalho docente. Fatores como falta de tempo, condições de trabalho, motivação, compreensão da importância desse investimento tornam-se elementos que dificultam a capacitação dos professores e sua consequente desatualização nas pesquisas e temas discutidos na vida acadêmica, provocando um distanciamento entre a Educação Básica e o Ensino Superior.

Um fator significativo para o contexto foi a Pandemia COVID-19, que acelerou a consolidação da Educação a Distância (EaD) como modalidade estratégica de formação docente, impondo novos desafios e possibilidades para a formação continuada (MORAN, 2021; SOUZA, 2022), contribuindo assim, para a busca de cursos online gratuitos e o aperfeiçoamento nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDICs).

Nessa perspectiva, diante dos obstáculos enfrentados pelos docentes em sua prática que dificultam a formação continuada, questiona-se: como os cursos de curta duração podem contribuir para a formação continuada docente em Educação Ambiental e agregar valor ao conhecimento sobre a temática permitindo a capacitação profissional?

Dessa forma, a pesquisa apresenta como tema: Formação Continuada em Educação Ambiental: possibilidades de cursos de curta duração online, permitindo um olhar para a formação continuada docente, em especial na área ambiental, enfatizando a importância e necessidade da inserção da Educação Ambiental no contexto escolar.

Como forma de tentar solucionar a questão problema norteadora da pesquisa, de modo geral, objetiva-se analisar a disponibilidade de plataformas online gratuitas que ofertam cursos na área ambiental como um recurso de capacitação docente permitindo a formação continuada em Educação Ambiental.

Como objetivos específicos apresentam-se: a) Discutir a importância da formação continuada à distância na área ambiental; b) Verificar quais plataformas online disponibilizam cursos relacionados à temática do meio ambiente; c) Listar os cursos de acordo com a carga horária e disponibilidade nas plataformas.

Destaca-se a importância da realização desses cursos para além da aquisição de conhecimentos e investimento na formação continuada. Cursos com uma carga horária igual ou superior a 30h são cobrados com frequência para a melhoria do currículo pontuando em seleções de concursos e processos seletivos, sendo considerado um investimento profissional em sua carreira docente, seja na área ambiental ou seja em áreas diversas do conhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa e divide-se em: a) Pesquisa Bibliográfica, por meio da discussão de ideias de autores sobre a Formação Continuada Docente, o Ensino à Distância e sobre a Educação Ambiental, e b) Pesquisa Documental, através da análise de leis e decretos educacionais e a Política Nacional de Educação Ambiental.

Após a etapa das pesquisas bibliográfica e documental foi realizado a etapa de seleção das plataformas e cursos. Optou-se por analisar as plataformas que oferecem cursos gratuitos e a partir de 30 horas que oferecessem certificados na área ambiental, a escolha desta carga horária é devida ser a demanda solicitada em processos seletivos, pois além da formação continuada oferecer uma ampliação de conhecimentos também oportuniza ser utilizado para fins de contabilização de títulos. Os dados foram coletados no período de janeiro a março de 2025.

A escolha por cursos com carga horária mínima de 30 horas justifica-se pelo fato de que, em processos seletivos públicos e privados, essa carga é comumente exigida para pontuação em avaliações de títulos. Ademais, considera-se que cursos de duração inferior podem não proporcionar aprofundamento teórico e prático suficiente para contribuir efetivamente com a formação continuada docente em Educação Ambiental. A busca priorizou plataformas de reconhecida credibilidade, vinculadas a instituições públicas ou organizações governamentais, visando assegurar a confiabilidade do conteúdo, a gratuidade e a emissão formal de certificados.

Além disso, as autoras buscaram em sua bagagem acadêmica e profissional sites que já haviam realizados cursos na modalidade EaD, e que agregassem conhecimentos científicos e informações verídicas aos alunos. Após essa filtragem foram analisados as plataformas e os cursos ofertados na área de meio ambiente de acordo com os critérios estabelecidos e realizada uma listagem, foram encontrados neles um número expressivo de cursos.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE À DISTÂNCIA

Observa-se que a sociedade altera padrões com o passar do tempo, reflexo de transformações econômicas, sociais, culturais e ambientais. As formas de se relacionar, de falar, comunicar e pensar acompanham essas mudanças e dentro do contexto escolar é bem presente mobilizando os profissionais a se adaptarem as diversas situações decorrentes dessas mudanças e assim orientar da melhor forma este público que cada dia é mais diversificado.

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte, nos mais variados setores profissionais e nos setores universitários, especialmente em países desenvolvidos, a questão da imperiosidade de formação continuada como um requisito para o trabalho, a ideia da atualização constante, em função das mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e das mudanças no mundo do trabalho (Gatti, 2008, p.58).

O professor é uma figura importante no processo educativo e são constantes os debates sobre seu nível de instrução e exercício profissional e como isso reflete na qualidade do ensino, porém nesse processo devem ser consideradas as particularidades e interesses desses profissionais.

Conforme afirma Lima e Moura (2018, p.243) “deve ser compreendida como processo, que busca possibilitar a atualização e/ou a construção de novos conhecimentos, e, principalmente, ser compreendida como exercício reflexivo do saber e fazer pedagógico na escola e demais espaços educativos”. De acordo com Gatti (2008) os diferentes estudos sobre formação continuada não esclarecem de fato um conceito geral, porém isso não desqualifica sua importância e menciona resumidamente o que esses estudos abordam,

Ora se restringe o significado da expressão aos limites de cursos estruturados e formalizados oferecidos após a graduação, ou após ingresso no exercício do magistério, ora ele é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional - horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação (Gatti, 2008, p.57).

Conforme a autora menciona, são amplas as possibilidades do docente se atualizar e assim ampliar seus saberes tornando assim um processo contínuo e ininterrupto, pois precisa acompanhar a dinâmica e as novas configurações sociais advindas da modernidade a partir das

revoluções tecnológicas. Para Lima e Moura (2008, p.244) a formação continuada “possibilita ao educador ser capaz de desenvolver sua autonomia crítica e seu saber reflexivo de forma eficaz e construtora [...] a formação representa também, possibilidade para uma atuação profissional emancipatória e de qualidade”.

Segundo Davis (2012) a construção do magistério ocorre através de várias etapas que consideram o cotidiano do professor e das oportunidades que as organizações de ensino oferecem no sentido da diversidade de projetos que necessariamente devem considerar os inúmeros fatores, soluções e políticas educacionais que de fato promovam a formação continuada.

O autor também aponta para duas tendências que estão relacionadas a este processo, a individualizada e a coletiva. A primeira centrada em um investimento pessoal durante a trajetória profissional impulsionada pela pretensão de novos conhecimentos, a superação de desafios e ressignificar hábitos profissionais e pessoais. Na forma colaborativa, essa formação é realizada nas instituições de ensino ou no âmbito das dependências escolares por meio da interrelação com os demais docentes que juntos compartilham conhecimentos, avaliam suas práticas e o currículo a fim de propor adaptações necessárias aos conteúdos trabalhados e incentivar a prática da pesquisa.

Nessa perspectiva colaborativa fica claro que o compromisso não é apenas do docente, mas de gestores e toda equipe escolar, pois profissionais mais preparados contribui para o enriquecimento e qualidade do ensino. “Só faz sentido propor programas de formação continuada se eles forem capazes de desencadear mudanças pertinentes e necessárias nas escolas, capazes de auxiliá-las a atender mais e melhor sua clientela” (Davis, 2012, p. 18).

Nas discussões no âmbito educacional a formação continuada a partir de um interesse público tem várias finalidades que são destacadas por Amador (2019, p.151) dentre elas destaca-se “atualização profissional; suprir carências e deficiências de ordem teóricas metodológicas; aperfeiçoamento; mudança de função; projeção na carreira; [...] e desenvolvimento profissional [...]”. O autor ainda destaca que esses pontos favorecem uma formação docente eficiente e consequentemente a melhoria na prática pedagógica.

As formas de promover práticas de formação continuada podem ocorrer de diversas formas como já mencionado anteriormente e alguns desses formatos podem ser através de cursos de especialização, pós-graduações, cursos de curta duração, palestras, minicursos, workshops, grupos de estudo, salas de discussões, oficinas, seminários, webinários dentre outras iniciativas que possuem o objetivo de oferecer informações que possam ampliar os conhecimentos e desenvolver potenciais que favoreça um trabalho docente significativo com potencialidade de melhorar a qualidade do ensino.

São diversas as vantagens pessoais e profissionais ao investir na carreira docente desde ascensão a realização profissional, “é fundamental a participação deste profissional em cursos, atividades que incentivem a sua autoavaliação e a avaliação da sua prática como

resultado de um processo construtivo, já que interfere diretamente na perspectiva das práticas pedagógicas, e no cotidiano escolar” (Lima; Moura, 2018, p.244).

Está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nos artigos 62 e 63 que a formação dos professores deve ser permanente e contínua. Consta no inciso 1º que é dever dos entes federados de forma colaborativa promover formação docente considerando as demandas formativas de cada rede/sistema de ensino (Brasil, 1996). Outro dispositivo legal que garante a capacitação docente é o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 na meta 16 “[...] garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (Brasil, 2020, s.p).

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC prevê a formação continuada de professores como um fator essencial para alavancar a prática educacional a partir da ação do professor de desenvolvimento de competências que associe o currículo ao cotidiano dos alunos, ou seja, uma prática inclusiva e contextualizada que considere os saberes prévios do aluno e dessa forma ocorra uma aprendizagem significativa (Brasil, 2017).

Infelizmente no decorrer dos anos o docente é mais desvalorizado pela sociedade que não impõe limites a nova geração, que torna o professor único responsável pela condução da educação e que trabalha em grande parte sem a colaboração dos responsáveis. O professor busca recompensa interna para executar sua atividade com eficiência, porém não é suficiente, é preciso que a sociedade valorize e reconheça sua importância.

No inciso 2º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece que a formação e capacitação dos professores possam ser realizadas através da educação a distância que é uma modalidade de ensino em crescimento nas últimas décadas que permite maior autonomia dos estudos (Brasil, 1996). Assim, Corroboram Hermida e Bonfim (2006) que a educação a distância há muito tempo está presente no contexto educacional brasileiro e tem crescido devido ao acesso à informação e ao conhecimento e devido o ensino presencial não atender totalmente as demandas por formação.

Essas demandas sociais aumentam significativamente com o passar do tempo e novas práticas vão surgindo para se adaptar ou readaptar. As tecnologias de informação e comunicação têm sido aliadas no enfrentamento dessas novas demandas como, por exemplo, a busca por qualificação. Nesse sentido, a educação a distância com o auxílio das tecnologias tem proporcionado formação e qualificação para aqueles que a buscam.

Esse sistema caracteriza-se, sobretudo, pelo fato de ser capaz de operar, simultaneamente, em qualquer lugar onde haja estudantes e falem professores; basear-se no ensino individualizado; atribuir maior responsabilidade na aprendizagem ao estudante; oferecer opções diversificadas de cursos e formatos; usar todas as mídias e métodos

pedagógicos apropriados; preservar e aumentar as possibilidades de adaptação às diferenças do estudante, respeitando o seu passo de progressão e a liberdade de começar e parar o curso a qualquer hora (Costa, 2019, p.42).

A educação à distância é aparada pela lei que efetiva sua aplicabilidade, importância e necessidade e de acordo com o decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 é caracterizada por ser uma “[...] mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (Brasil, 2005). Vale ressaltar que esta modalidade de ensino tem indicações determinadas, não se prestando para todos os tipos de cursos e áreas.

Um curso na modalidade presencial não possui mais validade do que um curso a distância o que precisa ser observado é a qualidade da instituição para assim ter uma garantia que as informações, o material e a certificação são fidedignos.

A EAD utiliza tecnologias específicas que são adequadas para a ação e a interação à distância como os ambientes virtuais de aprendizagem - AVA que é um espaço *on-line* com objetivo de proporcionar a interação entre professores, tutores e alunos, assim como o acesso ao material didático disponível para estudo. Especificamente nos cursos totalmente *on-line* o AVA é composto de conjunto de ferramentas que possibilitam a efetivação do aprendizado e proporciona novas experiências de ensino, também é por ele que o aluno acompanha todo o andamento do curso, fica a par do cronograma de atividades a serem realizadas e executa suas tarefas.

Dimensão Socioambiental na Educação

Em tempos de transformação da sociedade, economia e aquisição de novos padrões culturais de vida incorporados pela sociedade como consequências do capitalismo, impulsionados pelas ações do Meio Técnico Científico Informacional, proposto pelo geógrafo Milton Santos, a educação desenvolve um papel fundamental ao atuar na transformação dos seres humanos – os que permitem vivenciá-la por meio da incorporação de novas atitudes em relação às questões ambientais e sociais.

Assim, em 1997, realizou-se em Tessalônica, Grécia, a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para Sustentabilidade, cujo documento intitulado *Declaração de Thessaloniki* destaca o papel do processo educativo como “[...] meio indispensável para proporcionar a todas as mulheres e homens [...], a capacidade de serem donos de suas próprias vidas, de exercitarem a sua escolha pessoal e sua responsabilidade, aprenderem através da vida [...]” (Dias, 2004, p. 197).

Assim, entende-se que a educação se constitui como um elemento poderoso que, quando bem utilizado, é capaz de promover transformações positivas e significativas na sociedade. Pensar os problemas mundiais do século XXI sob a ótica da educação permite um olhar aprofundado sobre

as capacidades humanas de reflexão, sobre suas ações cotidianas, orientando para uma sociedade sustentável, justa e equilibrada.

Eis a necessidade de educar a população para o cuidado com o ambiente. Assim, no Art. 225, da Constituição Federal (CF) de 1988, afirma-se que “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Brasil, 1988, p. 68). Nesse entendimento, o meio ambiente é analisado como indispensável à vida humana, sendo essencial conhecê-lo como fruto das ações e das interferências antrópicas, ao longo dos tempos, sendo importante o desencadear de atitudes para proteção dos recursos naturais disponíveis.

A formação docente em Educação Ambiental precisa também alinhar-se às diretrizes internacionais de sustentabilidade e cidadania planetária, como propõe a UNESCO (2020) no roteiro para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

No aspecto educacional torna-se relevante perceber que as questões sobre o meio ambiente são abordadas por meio de ações coletivas, representando um trabalho social em equipe, voltado para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pela Educação Ambiental (EA), que por sua vez são

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999, p. 1).

Complementando o entendimento trazido pela Constituição Federal (1988), a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999) apresenta em seu Art. 1º a conceituação de EA, destacando a importância da educação para o meio ambiente, através da construção de valores e mudança de atitudes pela sociedade, ressaltando ainda em seu teor, a necessidade de ações coletivas para a promoção da EA no contexto social (Brasil, 1999), sendo esse documento assegurado para servir como instrumento organizador da participação comunitária na tomada de decisões. A esse respeito, Reigota (2010, p. 11) afirma que:

[...] a educação ambiental deve procurar estabelecer uma “nova aliança” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” entre a humanidade e a natureza, uma “nova razão” que não seja sinônimo de autodestruição e estimular a ética nas relações econômicas, políticas e sociais. Ela deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: local, continental e planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional.

Dessa forma, há o entendimento que o ser humano necessita estabelecer um novo tipo de relação com a natureza, fruto de uma aproximação responsável e equilibrada com os recursos naturais dos quais necessita. E a Educação Ambiental passa a ser vista como essencial para que o ser humano possa construir essa estreita relação com o ambiente e, ao mesmo tempo, tome conhecimento dos impactos das ações e as consequências para a sobrevivência no planeta.

A EA, para Guimarães (2015, p. 34), é entendida como “[...] uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores [...] na construção de um [...] paradigma que contemple as aspirações populares de melhor qualidade de vida socioeconômica e um mundo ambientalmente sadio”. O autor ainda destaca que deve haver uma integração entre a EA e a educação popular na busca do equilíbrio entre os aspectos socioeconômicos com o ambiente, constituindo a perspectiva socioambiental.

Desse modo, a educação apresenta um papel significativo para a construção de valores ambientais por meio da Educação Ambiental. Contudo, é preciso que as práticas de EA sejam pensadas e planejadas para que possa despertar o senso crítico e a capacidade de reflexão humana quanto às ações cotidianas. Logo, o trabalho de EA nas escolas, no espaço formal de educação, deve ocorrer de forma contínua e permanente, permeando as vulnerabilidades socioambientais e propondo a reflexão.

Para Loureiro (2011), a Educação Ambiental é um elemento estratégico na formação da consciência implicando num movimento dialético que revela a realidade de forma crítica e cuja ação social deve ser transformadora, como defendido por Paulo Freire na obra *Pedagogia dos Oprimidos*, conforme excerto a seguir:

Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”. Não pedagogia para ele, mas dele. Os caminhos da liberação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsavelmente. A educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (Freire, 1987, p. 6).

Isso significa dizer que a EA deve contribuir para a tomada de ações conscientes e reflexivas em relação às influências e aos impactos ocasionados pelos seres humanos no ambiente em suas tarefas e atividades cotidianas. A ação social assume um papel importante para a constituição da cidadania, “[...] algo que se constrói permanentemente, que não possui origem divina ou natural, [...] mas se constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade, em cada fase histórica.” (Loureiro, 2011, p.79).

Loureiro (2011), entretanto, destaca o desafio para a consolidação do que ele chama de cidadania substantiva, pois ela prescinde de práticas democráticas cotidianas, ou seja, ações que levem o sujeito, no caso estudantes, a refletir criticamente sobre o ambiente consolidando “[...] uma “cultura de cidadania”, nos planos local, regional e internacional, articulada aos processos de transformação sistêmica” (Loureiro, 2011, p. 80).

Nesse sentido, Loureiro (2011) enfatiza a importância da ecocidadania ou cidadania planetária, conceito vinculado à adoção de uma ética ecológica no cotidiano que possibilita uma tomada de consciência individual e coletiva acerca das responsabilidades com o nosso planeta. O autor chama a atenção para o significado que assume a palavra cidadão no contexto do sistema capitalista, especialmente, numa abordagem neoliberal, enfatizando a liberdade de escolha apoiada na ideia de garantia dos direitos individuais. E, dessa forma, reforça:

[...] tal perspectiva é vulnerável à proporção que ignora a ampliação das desigualdades a partir da desregulamentação do mercado, baixa possibilidade de opção consciente dos indivíduos numa sociedade alienante e situa em plano relativizadas responsabilidades coletivas e os limites que o ambiente impõe (a impossibilidade de expandir a todos o conforto que os bens de consumo atuais propiciam) (Loureiro, 2011, p. 81).

O autor tece severas críticas ao sistema capitalista por implantar a ideia de liberdade pessoal, poder de escolhas centrado no indivíduo coincidindo com a fragilização do poder de decisão coletivo. O capitalismo, enquanto sistema econômico, está assentado na produção de mercadorias. Nem todas são necessárias à manutenção da vida. O consumo inconsciente pode contribuir para a degradação da qualidade de vida e do meio ambiente.

CAPACITAÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA

É preciso formar os docentes para atuarem nas escolas de forma crítica e emancipatória, o que implica em uma formação reflexiva para trabalhar com a Educação Ambiental, de modo que esta possa ser relacionada com os problemas socioambientais dos quais a sociedade vivencia (Freire, 1996). Por acreditar que a escola é um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental é necessário que haja investimentos na formação educacional docente, no sentido de capacitar esses profissionais para atuação autônoma no ambiente escolar de forma interdisciplinar, contínua e processual.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, defende que é importante capacitar os recursos humanos para desenvolver atividades de Educação Ambiental na educação de modo geral e nos ambientes escolares (Brasil, 1999). Contudo, a própria legislação reconhece que essa capacitação para recursos humanos deve voltar-se para:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;
- V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental (Brasil, 1999, p. 3).

A formação inicial e continuada é preconizada na lei, na qual espera-se que haja essa preparação tanto para os docentes quanto para os profissionais de áreas diversas de atuação, de modo que essa capacitação seja difundida por toda a sociedade, e possa atender de forma ampla os diversos segmentos que necessitam conhecer e agir na defesa do meio ambiente.

A PNEA considera ainda, que esses estudos, pesquisas e ações desenvolvidas na área devam voltar-se para:

- I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- II -A - o desenvolvimento de instrumentos e de metodologias com vistas a assegurar a efetividade das ações educadoras de prevenção, de mitigação e de adaptação relacionadas às mudanças do clima e aos desastres socioambientais, bem como ao estancamento da perda de biodiversidade;
- III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;
- V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;
- VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V (Brasil, 1999, p. 4).

A legislação demonstra a necessidade prática de se fazer Educação Ambiental na sociedade, difundir os conhecimentos ambientais na área através do desenvolvimento de metodologias adequadas aos diferentes níveis e modalidades de ensino e ainda, reconhece o uso de tecnologias como sendo necessárias a difusão desse conhecimento. Nesse sentido, existe uma gama de leituras referenciadas nesse artigo que possam contribuir para essa reflexão e capacitação docente na área ambiental, destacando-se as possibilidades de cursos de formação continuada que serão mencionados no tópico a seguir.

Monteiro (2023, p. 113) destaca que o ambiente escolar é propício para a construção da Educação Ambiental, considerando que é necessário “[...] planejar, traçar estratégias para que a temática ambiental possa estar inserida no cotidiano escolar, que é um espaço de forte influência e disseminação de informações [...]”. Nesse cenário, o professor com sua bagagem sólida de conhecimentos acerca da temática socioambiental poderá intervir no espaço escolar e promover ações práticas de Educação Ambiental visando promover a integração entre sua formação continuada e sua prática docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A possibilidade de formação continuada apresentada são as plataformas online que oferecem uma gama de possibilidades de cursos de capacitação totalmente gratuitas de curta duração e ainda com emissão de certificados. Existe uma grande variedade de plataformas educacionais públicas e privadas que ofertam cursos em diversas áreas do conhecimento, as analisadas nesta pesquisa oferecem certificação gratuita algumas são instituições governamentais de ensino e Universidades Brasileiras conforme verificado no quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição das plataformas por IES pelo Brasil.

Plataforma	Instituição	UF
Eskada	Universidade Estadual do Maranhão - UEMA	Maranhão
Formar - Inema	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA	Bahia
EVG - Escola Virtual do Governo	Governo Federal do Brasil	Nacional
Moodle IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS	Rio Grande do Sul
Mais IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG	Minas Gerais
Mundi - IFSUL	Instituto Federal Sul Rio-Grandense - IFSUL	Rio Grande do Sul
Sest Senat	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Sest Senat	Nacional
Cefor IFES	Instituto Federal do Espírito Santo - IFES	Espírito Santo
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	Nacional
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	Nacional
Enagro Virtual	Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO e Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Nacional

Fonte: Autoria Própria (2025).

Existem órgãos vinculados ao governo federal que também têm investido nesses cursos de curta duração e com a possibilidade de emissão de certificados, tais como: Formar/ Inema, Escola Virtual do Governo (EVG), Embrapa, Ana e Enagro Virtual. Esses sites possibilitam a

autogestão do conhecimento, o gerenciamento do tempo de estudo e flexibilização por parte dos alunos.

Em relação aos tipos de cursos que essas plataformas oferecem foi identificado que são diversos desde cursos livres de curta duração à cursos de formação técnica. O público-alvo são estudantes e profissionais da área, são cursos sem tutoria, de níveis básicos, intermediário e avançado e dividido em módulos. Os cursos possuem data para iniciar e terminar sendo que ao passar do prazo determinado é necessário realizar uma nova inscrição. Todos estão divididos em módulos com progressão de acordo com o desempenho do estudante. Também possuem avaliação para identificar o processo de aprendizagem do aluno. A seguir, na tabela 01 os cursos ofertados de acordo com cada plataforma.

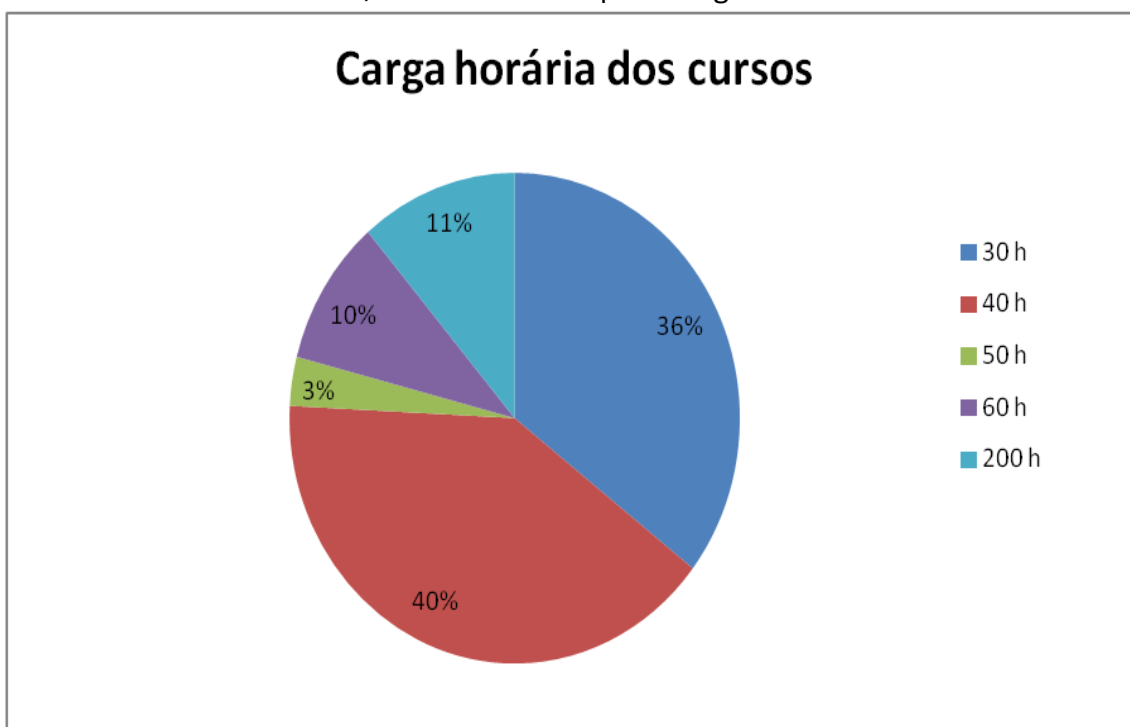
Tabela 01 – Cursos ofertados nas plataformas online EAD.

Plataforma/Site	Cursos Ofertados na Área de Meio Ambiente	CH
Eskada	Manejo na Produção de Peixes e Mariscos; Restauração Ecológica e Sistemas Agroflorestais; Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Impactos Ambientais e Soluções Sustentáveis; Construções Sustentáveis;	30 h
	Conceitos em Biodiversidade; Assessores Populares em ODS: Práticas e Localização;	40 h
	Pagamento por Serviços Ambientais; construindo um Instrumento de Gestão Municipal de Educação Ambiental;	60 h
	Alternativas Sustentáveis para Gestão Ambiental	80 h
Formar - Inema	Fiscalização Ambiental; Licenciamento Ambiental;	60 h
EVG - Escola Virtual de Governo	Migrações, Meio Ambiente e Mudança do Clima no Brasil; Formação e Gestão de Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil; ASG na Gestão Pública: caminhos para a sustentabilidade; Caminhos para a Sustentabilidade: ESG e Políticas Públicas; Introdução ao Desenvolvimento Urbano Sustentável; Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Gestão; Rotulagem Ambiental Tipo I: Sustentabilidade e Competitividade para Produtos e Serviços Brasileiros;	30 h
	Plano Diretor de Logística Sustentável: metodologia de construção, implementação e monitoramento.	40 h
Moodle IFRS	Geologia Ambiental - Turma 2025A;	30 h
	Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável - Turma 2025A; Educação Ambiental - Turma 2025A; Planejamento Ambiental - Turma 2025A;	40 h
	Gerenciamento de Resíduos - Turma 2025A	60 h
	Agricultor Familiar - Turma 2025A; Aquicultor - Turma 2025A; Auxiliar de Agroecologia - Turma 2025A; Agricultor Agroflorestal - Turma 2025A; Agente de Desenvolvimento Socioambiental - Turma 2025A; Agente de Gestão de Resíduos Sólidos - Turma 2025; Reciclador - Turma 2025A	200 h
Mais IFMG	Gestão Ambiental e Sustentabilidade; Formação de educadores em sistemas agroflorestais sintrópicos;	30 h

	Avaliação de qualidade do solo para a formação e autonomia de agricultores familiares	40 h
Mundi - IFSUL	Responsabilidade Ambiental nas Organizações; Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; Economia Solidária na Agricultura Familiar; Conceito de Logística Reversa; Gestão Ambiental na Agropecuária; Preparo do Solo; Introdução aos Resíduos Sólidos; Produção Vegetal Familiar; Tratamento e Disposição de Resíduos Sólidos; Fundamentos da Agroecologia;	40 h
Cefor IFES	Trilhas Pedagógicas: Produtos Educacionais na Educação Ambiental; Pomerisch Ekogame: Cultura Pomerana, ambiente e diversão;	40 h
Embrapa	Gestão de Hortas Pedagógicas; Bioeconomia para sociobiodiversidade no Bioma Cerrado; Fertirrigação;	30 h
	Semeando Florestas em Terras Indígenas; Programa Territórios Sustentáveis - Sistemas Agroflorestais;	40 h
	Recuperação e Renovação de Pastagens Degradadas no Cerrado	50 h
	Gestão e Planejamento da Empresa Rural	60 h
ANA	Agência de Água: O que é, o que faz e como funciona; Implementação do Marco Legal do Saneamento Básico; As águas subterrâneas no ciclo hidrológico; Direito de Águas à Luz da Governança;	30 h
	Reuso de Água em Ambiente Agrícola e Florestal; Planejamento Manejo e Gestão de Bacias Hidrográficas; Gestão das Águas: formação para Comitês de Bacia hidrográfica; Práticas Mecânicas de Conservação de Água e Solo;	40 h
Enagro Virtual	Lei da Biodiversidade aplicada às Atividades Agrícolas	50 h

Fonte: Autoria Própria (2025).

Essas plataformas oferecem cursos tanto na área ambiental quanto em diversas áreas do conhecimento. Ao analisar os cursos é possível constatar que alguns tratam de temas gerais sobre meio ambiente e outros são bem específicos direcionados a uma determinada área ambiental. A oferta de cursos na área ambiental é mais ampla como na Eskada, Moodle IFRS, Mundi - IFSUL e ANA que possibilita ao aluno uma oferta diversificada de cursos, porém somente a Moodle IFRS oferece curso acima de 80 horas especificamente constam cursos de 200 horas. Sobre isso se pode observar no gráfico 01 a quantidade de cursos encontrados nas plataformas conforme sua carga horária.

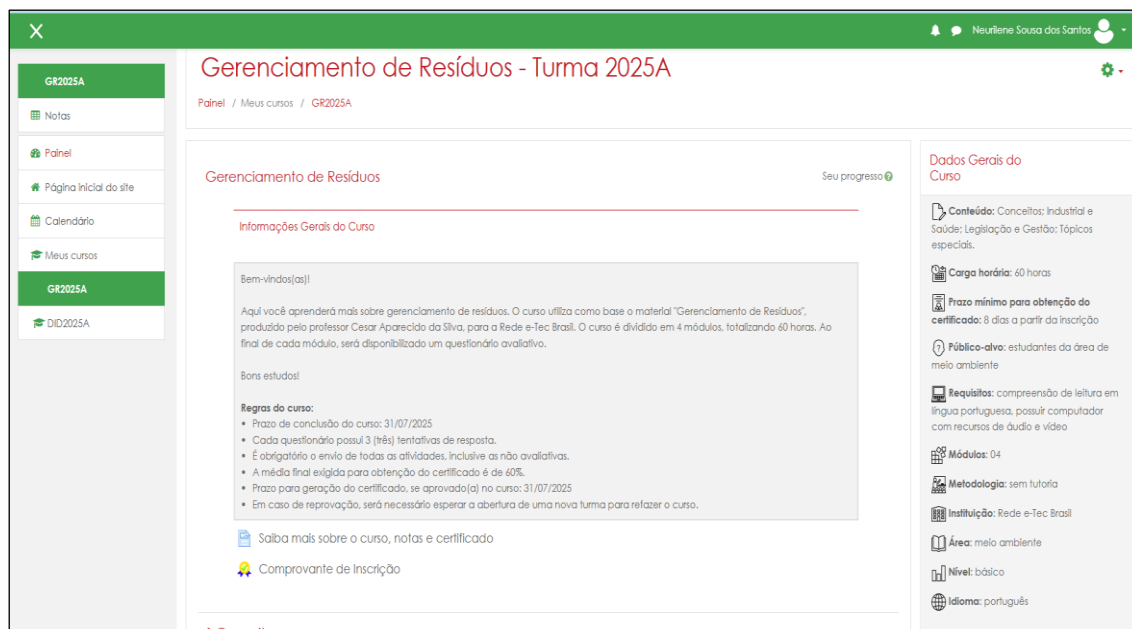
Gráfico 01 - Distribuição dos cursos por carga horária.

Fonte: Autoria Própria (2025).

A maioria dos cursos possui carga horária de 40 horas em segundo lugar de 30 horas. Os de 50 horas são os menos ofertados totalizando apenas 3% dos que foram analisados que são “Recuperação e Renovação de Pastagens Degradadas no Cerrado” da Embrapa e o curso “Lei da Biodiversidade aplicada às Atividades Agrícolas” da Enagro Virtual. Além do objetivo de buscar ampliar os conhecimentos deve ser considerada ao escolher um curso de curta duração a carga horária, pois a maioria dos processos seletivos contabilizam os cursos a partir 30 horas na avaliação de títulos. Dessa forma esses dois objetivos de formação devem caminhar juntos.

Todas as plataformas são autoexplicativas, didáticas e com diversas ferramentas que facilitam a navegação pelo ambiente virtual (Figura 01). Apesar de não possuírem tutoria o aluno pode entrar em contato para tirar dúvidas ou fazer sugestões em caixas de mensagens colocando e-mail para contato.

Figura 01 – Página da área do aluno.



Fonte: Plataforma digital Moodle IFRS (2025).

Para acessar o ambiente virtual dos cursos é necessário realizar um cadastro com as informações pessoais e criar um login e senha. É necessário cadastrar um e-mail válido para receber informações e caso seja preciso resetar a senha de acesso. Dessa forma, é liberado o acesso do aluno aos materiais didáticos, ao histórico dos cursos anteriores, progresso, notas e certificados. Ressalta-se que cada plataforma possui seus critérios metodológicos e avaliativos, é importante conhecer cada um deles e as normas de cada curso.

Cada plataforma possui um ambiente virtual diferenciado e algumas permitem duas inscrições simultâneas, porém é preciso ficar atento ao período determinado para conclusão de cada curso, caso não finalize o curso no período determinado tem que realizar uma nova inscrição caso o curso esteja disponível. Os acessos às plataformas podem ser diretamente na página dos cursos à distância ou através do site da instituição do qual o curso está vinculado conforme demonstrado no quadro 2.

É preciso ter cautela antes de escolher uma plataforma de cursos ou site, verificando antes sua confiabilidade, pois existem inúmeras plataformas que oferecem cursos online de curta duração, no entanto existem aquelas em que é necessário ter um investimento financeiro antes de realizar o curso ou até mesmo pagar para a emissão dos certificados ao final, considerando ainda a possibilidade de golpes da internet. Além disso, é necessário fazer uma busca avançada evidenciando a veracidade das informações contidas no conteúdo dos cursos para evitar cair em *fake news* difundidas facilmente pela internet e redes sociais.

Quadro 02 - Sites das plataformas de cursos

PLATAFORMA	SITE
Eskada	https://eskadauema.com/
Formar - Inema	https://www.institutoformar.org/
EVG - Escola Virtual do Governo	https://www.escolavirtual.gov.br/
Moodle IFRS	https://moodle.ifrs.edu.br/
Mais IFMG	https://mais.ifmg.edu.br/maisifmg/
Mundi - IFSUL	https://mundi.ifsul.edu.br/portal/
Cefor IFES	https://ava3.cefor.ifes.edu.br/
Embrapa	https://e-campo.sede.embrapa.br/
ANA	https://ava.ana.gov.br/#/
Enagro Virtual	https://sistemasweb.agricultura.gov.br/avaenagro/

Fonte: Autoria Própria (2025).

Para o participante conseguir acessar as plataformas deve-se considerar também a necessidade de uso de internet com uma boa conexão, pois a maioria dos cursos possuem videoaulas para assistir, além dos materiais em PDF para leituras e estudos. Além disso, é necessário que o participante, no decorrer do curso, faça atividades avaliativas e provas como forma de avaliar o conhecimento oferecido e aprendido e, caso tenha atingido com êxito, notas satisfatórias para a finalização dos cursos é que poderá emitir seu certificado ao final.

Os cursos livres ou de curta duração não precisam ser autorizados ou regulamentados pelo ministério da educação (MEC) por ser uma modalidade de ensino não-formal com tempo de duração que varia entre algumas horas, semanas ou meses, podem ser ofertados por pessoas físicas ou jurídicas e pode ter diversas finalidades entre elas proporcionar capacitação, qualificação ou atualização para o mercado de trabalho (Ministério da Educação, 2025).

Dessa forma, pensar em uma formação continuada à distância voltada para a Educação Ambiental e que traga reflexões à luz das problemáticas ambientais locais e globais diante das transformações ocorridas na sociedade seria uma estratégia eficaz para garantir a capacitação, atualização de conhecimentos e melhoria no currículo docente. O ponto crucial é que essas capacitações sejam aplicadas em alguma metodologia escolar por esse docente, levando assim, à Educação Ambiental ao cerne das discussões na Educação Básica, que permita um trabalho contínuo e permanente e que possibilite a aproximação entre os conteúdos acadêmicos e escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a temática do meio ambiente em tempos de crise ambiental é uma oportunidade para revisitar os hábitos, conhecimentos e percepções. Refletir sobre a formação continuada docente é uma estratégia para revisitar as “gavetas dos conhecimentos guardados” e permitir a reciclagem e atualização destes. Um mundo em transformação exige cada vez mais conhecimentos, cada vez mais significância dos conteúdos escolares e do conhecimento ao modo de vida dos estudantes.

Pensar a formação continuada na perspectiva de um professor da Educação Básica é uma tarefa árdua quando se emerge dos problemas e limitações que este docente pode se deparar ao longo de sua trajetória, de sua prática. Contudo, é necessário observar que existem estratégias que permitem associar a carga de trabalho cotidiana com a capacitação profissional: os cursos EaD gratuitos em várias plataformas aqui mencionadas anteriormente.

É fundamental que as ofertas de cursos de curta duração não apenas ampliem a carga horária dos docentes, mas que promovam reflexões críticas sobre as práticas pedagógicas e a realidade socioambiental contemporânea (Souza, 2022; UNESCO, 2020). A pesquisa em questão, cumpre seu propósito ao apresentar as plataformas que contém esses cursos e ainda, por mencionar os principais cursos na área ambiental com carga horária igual ou superior a 30h, além de algumas características dessas plataformas, como forma de apresentar e incentivar esses ricos e oportunos momentos de formação continuada aos docentes leitores.

É válido considerar algumas limitações da pesquisa como a ausência de plataformas em algumas regiões do Brasil e instituições de ensino superior, e ainda, a falta de tutoria nos cursos para auxiliar os cursistas participantes em suas eventuais dificuldades no decorrer da formação. Contudo, estima-se que as dificuldades não os limitem, mas os encorajem a alçar novos voos rumo ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

AMADOR, J. T. **Concepções e modelos da Formação Continuada de Professores**: Um Estudo Teórico. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.2. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 23 mar. de 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui a **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro DE 2020. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica**. Senado Federal, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 mar. 2025.

COSTA, A. R. F. Fundamentos Teóricos da Educação a Distância. In: Industrialização do ensino e política de educação à distância [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2019, pp. 37-100. **Ensino e Aprendizagem Collection**, vol. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788578793500.0003>. Acesso em: 27 abr. 2025.

DAVIS, C. L. F. *et al.* **Formação Continuada de Professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros** - São Paulo: FCC/DPE, 2012.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. Ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySR RBJFSNFQ7gthybkH/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental na Educação**. 12.ed. Campinas: Papirus, 2015.

HERMIDA, J. F. BONFIM, C. R. S. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR**. Campinas, 2006. n. especial, p.166-181. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

LIMA, F. C. S. MOURA, M. G. C. A formação continuada de professores como instrumento de ressignificação da prática pedagógica. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 23, Edição Especial, dez. 2018.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **O que são cursos livres?** Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/es-trutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior/perguntasfrequentes/o-que-sao-cursos-livres>. Acesso em: 04 abr. 2025.

MONTEIRO, G. L. O Ensino de Geografia e a Educação Ambiental: diálogos e reflexões da prática docente no ensino fundamental anos finais em Teresina-PI. 2024. 129 p. **Dissertação**. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2023.

MORAN, José Manuel. **A educação híbrida na prática: orientações, estratégias e experiências**. Papirus, 2021.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Daniel Mill. Formação continuada de professores no cenário pós-pandêmico: desafios e possibilidades. **Revista Educação e Contemporaneidade**, v. 30, n. 61, p. 1-18, 2022.

UNESCO. **Education for Sustainable Development: A Roadmap**. 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374802>. Acesso em: 25 abr. 2025.

Contato dos autores/as:

autora: Gildênia Lima Monteiro

e-mail: gildenia.monteiro@discente.ufg.br

autora: Neurilene Sousa dos Santos

e-mail: neurilene4848@gmail.com

autora: Juliana Ramalho Barros

e-mail: juliana@ufg.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 24/11/2025